

TRILHAS DA TRADIÇÃO ORAL DA BATALHA DO JENIPAPO, EM CAMPO MAIOR-PI: DIÁLOGOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE PATRIMONIO IMATERIAL

Juliana Rodrigues Cavalcante¹
Maria Dione Carvalho de Moraes²

RESUMO

O trabalho busca a compreensão de sentidos e (re) significações da Batalha do Jenipapo na memória oral, no município de Campo Maior-PI, Nordeste do Brasil. Segundo fontes historiográficas, essa batalha consistiu na luta de sertanejos contra as tropas portuguesas, em 13 de março de 1823. A memória social ancorada na oralidade aponta para a tradição oral como acervos patrimoniais imateriais em diálogo com acervos materiais como o Monumento aos Heróis do Jenipapo, hoje, local de romarias e promessas às “almas do batalhão”. Entendemos que, no caso, memória e patrimônio demandam políticas públicas de preservação e proteção de patrimônios culturais.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo - Tradição oral – memória oral – Patrimônio Imaterial

ABSTRACT

The work seeks to understand meanings and significations the Battle of Jenipapo oral memory, in the municipality of Field Greater-PI, Northeast Brazil. According historiographical that battle was the fight against the troops backland portuguese, in March 13, 1823. The social memory anchored in orality points to the oral tradition as collections intangible property in dialog with collections materials such as the Monument to Heroes of Jenipapo, today, place of pilgrimage and pledges to "souls battalion". We believe that, in the case, memory and heritage demand public policies of preservation and protection of cultural heritage.

Key-words: Battle of Jenipapo- oral tradition - oral memory- intangible heritage

¹ Estudante de Pós Graduação. Universidade Federal do Piauí – UFPI. julianarcavalcante01@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Piauí – UFPI.

1. Introdução

A memória social da Batalha do Jenipapo, pela via da tradição oral, é aqui pensada como prática cultural instituidora de patrimônios imateriais³. Esta confluência é vista pelo pressuposto de a Batalha estar presente no cotidiano de moradore/as de Campo Maior, de forma positivada, como uma narrativa heróica das lutas pela independência do Brasil, em diálogo com o discurso historiográfico. “Como lembra Portelli (1991) o encontro do oral e do escrito forma um mosaico de pedaços diferentes, mas que apresentam coerência quando reunidos. Convém lembrar que essa coerência pode apontar, inclusive, para a estrutura da vida social e, como dito por Cucho (2002), para hierarquias ordenadoras dos grupos sociais no espaço e no tempo” (MORAES, FONSECA NETO, COIMBRA, 2007).

Cavalcante e Moraes (2010) e Moraes e Cavalcante (2010) referem o estudo desta memória oral como uma empreitada cujo objeto de estudo se constrói a partir da lacuna na produção de reconhecimento da tradição oral da Batalha. Assim, temos um instigante problema de pesquisa cujos desdobramentos teórico-empíricos podem trazer novas contribuições para o debate acerca da identidade cultural no Piauí, sobretudo em sua relação com sertão (MORAES, 2007). Nesta direção, buscamos compreender no rastro das narrativas orais, sentidos e signos no processo de (re)significações contemporâneas, da Batalha do Jenipapo, nas teias de significados que tecem marcadores identitários nacionais, piauienses, em especial, campomaiorenses.

A historiografia oficial escrita sobre o evento, aqui brevemente abordada, constrói interpretações da Batalha do Jenipapo, esta, como resultado de um processo marcado por conflitos nas sociedades brasileira e piauiense contra o governo português (DIAS, 2005). A Batalha teria envolvido duas principais forças em oposição, à época: partidário/as da emancipação brasileira e a resistência portuguesa no contexto das lutas pela independência do Brasil, no Oitocentos.

Nesta perspectiva, o confronto ocorreu às margens do riacho Jenipapo no município de Campo Maior-PI, no dia 13 de março de 1823. Consistiu na luta de

³ No âmbito da pesquisa: “Tradição oral da Batalha do Jenipapo em Campo Maior: quais diálogos com a Política Nacional de Patrimônio Cultural?”. Em curso, no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Dione Carvalho de Moraes.

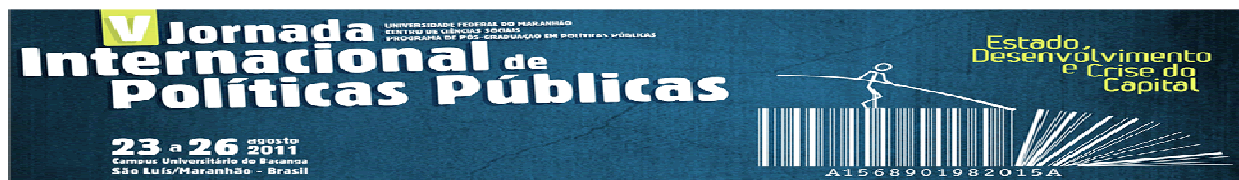
piauienses, maranhenses e cearenses contra tropas portuguesas comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié, encarregadas de manter o norte da ex-colônia fiel à Coroa Portuguesa (CHAVES, 2005). Narrativas historiográficas, sobretudo, de Chaves (2005), Nunes (1975), Neves (1885), e Brandão (1974), convergem para um discurso heróico e apologetico, segundo o qual sertanejos (camponeses, escravos, população pobre) nacionalistas derramaram seu sangue numa “loucura patriótica” (CHAVES, 2005, p.152). No entanto, esse relato historiográfico não se debruça sobre a situação de opressão das classes subalternas, de sua condição de vida, no contexto, tema que parece ser um pré-texto na construção da tradição oral do movimento.

Diz a historiografia que a província do Piauí contava com aproximadamente 100 mil habitantes, sendo a região norte da província a mais populosa (NUNES, 1975). Naquela sociedade de base rural, a terra era monopólio de poucas famílias que constituíam oligarquias locais (DIAS, 1999). Demais habitantes constituíam-se de pessoas que viviam em sua maioria na condição de posseiros, lavradores/roceiros e vaqueiros (DIAS, 1999; NEVES, 1985; CHAVES, 2005), além da população escrava. Assim, as condições sociais da maioria desta população, no início do século XIX, era de acesso precário a alimentos, à terra, o que movia conflitos e tensões naquela sociedade. Tal população faminta seria “material humano para qualquer revolução” o que gerava insegurança nas elites (DIAS, 1999, p.175).

Tinha-se, assim, um quadro de tensões sociais que se tornara ambiente propício para idéias emancipacionistas, como a adesão da população brasileira aos ideais da Revolução do Porto⁴ da qual, segundo Abdias Neves, surge a separação entre portugueses e brasileiros: de um lado, os que abraçavam a revolução em todos os ideais e planos; do outro, aqueles que queriam o governo constitucional e se opunham à ideia da recolonização (NEVES, 1985).

No contexto de agitações e movimentos contrários aos interesses de Portugal, o governo português envia ao Piauí o Governador das Armas, o Major João José da Cunha Fidié, comandante português tido, na província do Piauí, por partidários da independência, como “opressão” (DIAS, 1999, p. 286). Ante tais fatos, engrossaram-se as fileiras para o combate “e nesse entusiasmo, surgiu o dia do encontro o 13 de março” (NEVES, 1985, p. 120), com a tropa se formando no largo de Sto. Antonio.

⁴Movimento militar (agosto de 1820) em Portugal na cidade de Porto e que se espalha até Lisboa. Teve apoio da burguesia, do clero, da nobreza e do Exército. Liga-se aos rumos da história brasileira no século XIX, com a família real no Brasil (ANGELO, 2010).

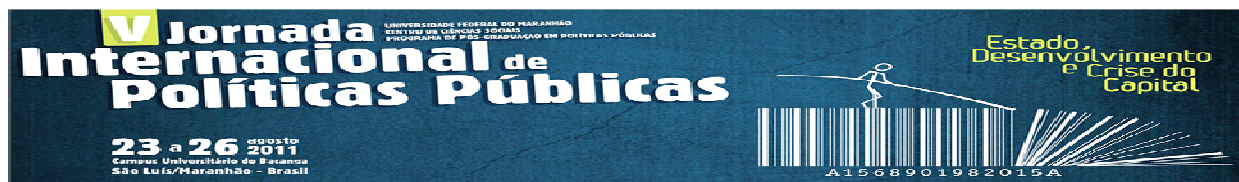


Os combatentes caminharam para o rio Jenipapo, para barrar a marcha aos portugueses. Era um ano de grande estiagem e o rio estava seco. E como o terreno ali é plano, aberto, o grosso da tropa ocultou-se no próprio leito do rio e nas ribanceiras. Fidié descia com parte da tropa pela estrada da esquerda e explorava a da direita com um pelotão de cavalaria o qual se distanciara da tropa, chocando-se com cearenses da patrulha, brusca e violentamente. Fidié, então, tempo, passou rapidamente o grosso de suas tropas para o outro lado do rio, cavou trincheiras, dispôs artilharia e linha de caçadores. A fuzilaria e canhões lusos varriam os campos em todas as direções. Do lado dos piauienses e cearenses, as cargas se sucediam, heróicas, mas inúteis, com muitos patriotas morrendo, deixando pasmos os soldados, ante tais atos de heroísmo. Após cinco horas de combate, às 14 horas, iniciava-se a debandanda. Não se tem notícias das baixas de Fidié (CHAVES, 2005).

Esse episódio da história brasileira reverbera de forma significativa na vida de Campo Maior-PI, até os dias atuais. São decorridos 187 anos, e é de se perguntar: como se narra esta batalha no âmbito da tradição oral? Como pressuposto inicial, consideramos que “a memória e a história relacionadas ao enfrentamento de 1823 estão disponíveis no inventário das lembranças” (FONSECA NETO 2010, p. 15). Na perspectiva das reverberações entre narrativas historiográficas, monumentais e da tradição oral, em Campo Maior-PI, buscamos apreender a tradição oral da Batalha do Jenipapo em suas possíveis diversas formas narrativas, dentre diversas categorias de interlocutores, idosos/os, adultos/as, jovens, pagadore/as de promessas, participantes das comemorações do 13 de março⁵, no município, com a história sendo contada através de gerações, pelos fios condutores das lembranças de quem ouviu/reelaborou/transmitiu narrativas da Batalha do Jenipapo. Entendemos que nas lembranças individuais e coletivas tecidas na oralidade seja possível compreender, no percurso das narrativas os sentidos, significados, as (re)significações agenciadas por estes narradores/as. Consideramos, ainda, que a tradição oral da Batalha do Jenipapo seja um discurso identitário, um patrimônio que leva a refletir sobre os diálogos possíveis dessa memória com a Política Nacional do Patrimônio Imaterial.

Neste processo, práticas culturais relacionadas à religiosidade popular, por exemplo, reafirmam o sacrifício dos combatentes, atribuindo-lhes santidade. A eles se

⁵ Pessoas que se fazem presente nas comemorações promovidas pelo Governo do Estado do Piauí, em parceria com a prefeitura do município de Campo Maior, realizadas anualmente no Monumento Heróis do Jenipapo, no dia 13 de março. O evento é dotado de vasta programação: missa, culto evangélico, celebração cívica, entrega de medalhas honoríficas, e peças teatrais encenando a Batalha do Jenipapo.



recorre em pedidos que, tidos como atendidos, têm como consequência o pagamento de promessas traduzido, muitas vezes em ex-votos e queima de velas.

No rastro dessas (re)significações trazidas pela tradição oral através de gerações, encontra-se um objeto de estudo que instiga a compreensão do processo de atribuição de sentidos e significados à Batalha do Jenipapo entre narradores/as, em Campo Maior, um patrimônio cultural sem muita visibilidade no campo de estudos socioantropológicos e da história oral. Podemos pensá-la, então, como uma memória subterrânea (POLLACK, 1989) eclipsada (MORAES, 2000) a qual aponta para possibilidades de apreender, nas narrativas orais sobre o passado, marcadores identitários e virtualidades de patrimonialização oficial de uma memória que se reelabora nas reverbações entre o oral e as diversas formas do inscrito.

2. Tradição oral, patrimônio cultural e políticas públicas

A pesquisa da tradição oral da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, ancora-se, teoricamente, no campo da memória social (HALBWACHS 1990, FENTRES e WICKHAN, 1992; ALBERTI, 2006; POLLAK, 1898, GODOI, 1999, MORAES, 2000, MORAES, FONSECA NETO, COIMBRA, 2007), entendendo ser a memória construída socialmente, na intersecção entre memórias individuais e coletivas a partir das referências do grupo. A memória coletiva (HALBWACHS 1990) não é algo isolado ou fechado a influências do meio. Sua função social, como afirma Godoi (1999) seria unir o começo ao fim ligando o que foi e o porvir.

Sem dúvida, a memória da Batalha do Jenipapo, construída na tradição oral, pode ser pensada como patrimônio imaterial nacional, regional e local. A Batalha é significada tanto histórica quanto memorialmente, como uma das lutas importantes no processo de independência do Brasil, nas colônias do Norte (parte da atual região Nordeste), no Piauí e, em especial, em Campo Maior, ideias legitimadas no âmbito das populações piauiense e campomaiorense, e a serem inventariadas, inclusive, no que tange à sua interpelação à política patrimonial, em termos de reconhecimento, preservação e proteção (CAVALCANTE e MORAES, 2010).

Nos planos epistemológico e teórico, o processo de construção da memória social não pode ser apreendido com base em perspectivas objetivistas. O fenômeno implica um trabalho de construção do passado, no presente, quando narradores e narradoras selecionam lembranças na intersecção entre memória individual e coletiva. A memória, como dito por Sigmund Freud é em parte lembrança e em parte

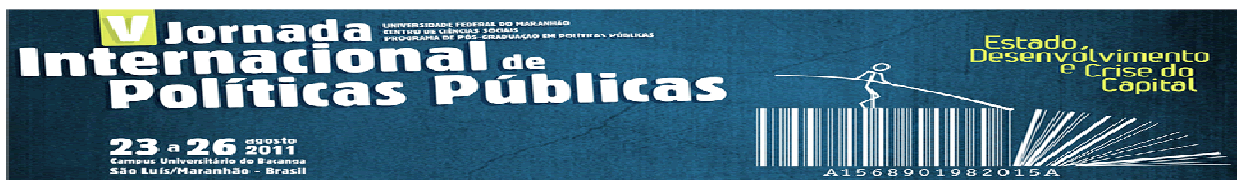
invenção, esta, orientada pelo desejo (MORAES, 2000). Assim, o processo comporta não apenas fatos narrados objetivamente, mas as invenções individuais e coletivas (FENTRES E WICKHAN, 1992).

Nesta direção, a compreensão de sentidos e (re)significações da Batalha do Jenipapo na memória oral, no município de Campo Maior-PI, trazidos pela tradição oral como “um testemunho transmitido oralmente de uma geração à outra” (VANSINA, 1982, p. 158), é parte da *fictio* (GEERTZ, 1989) sobre nação, região e localidade. Constitui, assim, um patrimônio cultural, no sentido trabalhado por Costa (2010). Sem dúvida, a pesquisa sobre tradição oral da Batalha do Jenipapo traz à tona memórias periféricas (POLACK, 1989) oportunizando a narradores/as expressarem sua versão da história a partir das (re)significações pelas quais se reelaboram/transmitem sentidos na vida sociocultural, constituindo-se tal memória em patrimônio imaterial de grupos (ALBERTI, 2005).

Nesta direção lembramos que a resolução nº 1, de 03 de agosto de 2006, que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial, entendendo por bem cultural de natureza imaterial “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social” (COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, IPHAN, 2006, p.123).

No âmbito desta abordagem, a construção desta memória social aponta para novas práticas políticas e diversos lugares de memória trazidos pela tradição oral. São narradores/as diversos/as da memória difusa em Campo Maior (MORAES e CAVALCANTE, 2010): pagadore/as de promessas, idoso/as, jovens que, de variadas formas participam do processo de construção de referências à Batalha do Jenipapo, em seus diálogos com a historiografia oficial⁶ e as marcas materiais, como o Monumento aos Heróis do Jenipapo, o qual, edificado pelo governo militar nos anos 1970⁷ -- como, no dizer de Gonçalves (1996), um “monumento de pedra e cal” -- ele é ressignificado no imaginário social no processo de ressignificação da Batalha, como local de romarias, promessas feitas e pagas com ex-votos e velas “às almas do Batalhão”, denominação atribuída, na linguagem local, aos mortos na luta.

⁶ A propósito, como lembra Alberti (2005), quanto de fontes orais não estariam subjacentes a registros historiográficos? Tal pergunta pode ser feita no caso da Batalha do Jenipapo?



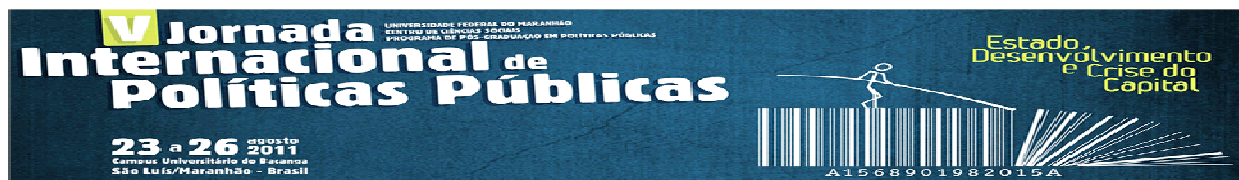
Diferentemente da produção historiográfica sobre o tema, a abordagem dos lugares de memória oral desse evento ainda permanece como lacuna, no campo da pesquisa científica, a ser preenchida. Como dito por Nora (1993), há três sentidos relacionados a lugares de memórias: material, simbólico e funcional. Isto significa que um lugar materializado, no caso – um monumento em concreto, como o dos Heróis do Jenipapo – torna-se lugar de memória pela imaginação que o investe de uma aura simbólica. Esse material simbólico constitui teias de significações e de marcadores identitários (CUCHE, 2002) de um povo cujo/as narradore/as podem ser pensados como lugares de memória.

Os limites de espaço neste impossibilitam transcrições das falas de vários/as narradore/as. Assim, referimos, aqui, apenas os sentidos mais comumente presentes nas narrativas que vêm sendo recolhidas/construídas na pesquisa: elegia à Batalha do Jenipapo e à bravura do povo piauiense e campomaiorense; heroicização dos combatentes nacionais; santificação das “almas do Batalhão”; satanização de Fidié; importância da luta no processo de independência do Brasil e necessidade de maior reconhecimento da Batalha no plano nacional, de inclusão da Batalha, do Piauí e de Campo Maior nas narrativas épicas nacionais.

A pesquisa, ao buscar trazer à tona esta construção mnemônica e identitária, o faz considerando que a noção de patrimônio cultural imaterial, no Brasil, está pautada numa concepção que abrange as dimensões do reconhecimento da diversidade cultural e traz consigo proposições de inclusão cultural através de políticas públicas “relacionadas à cultura e nas referências de memória e de identidade que o país produz para si mesmo (...). Trata-se de um instrumento de reconhecimento da diversidade cultural que vive no território brasileiro e traz consigo o relevante tema da inclusão cultural” (CAVALCANTI, 2008, p. 12).

3- Considerações finais

Deixamos entrever, aqui, que narradores/as da tradição oral Batalha do Jenipapo, em Campo Maior-PI, podem ser visto/as como lugares da memória do episódio e de como devem ser tomados como atores sociais que preservam/ressignificam tradições transmitidas através de gerações. Apontamos, ainda para a relação entre história, memória/tradição oral sem tomá-las em perspectiva (MORAES, 2000) ou hierarquias (CUCHE, 2002), mas pelas possibilidades de um diálogo fecundo cujo processo/produto são patrimônios



imateriais os quais, como tal, trazem um diálogo implícito com as atuais políticas públicas patrimoniais, no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa põe-se o desafio de contribuir com o atual debate acerca das demandas sociais, políticas e culturais, que remetem à construção da memória e identidade brasileiras, piauienses, especificamente, campomaiorenses. Dentre tais demandas, a do reconhecimento da memória social da Batalha do Jenipapo para a qual concorrem tanto a historiografia e monumentalização, quanto a tradição oral, esta, foco por excelência da pesquisa.

Referências

ALBERTI, V. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História Oral**. Associação Brasileira de História Oral. V. 8. n. 1, jan/jun./2005, pp. 11-28.

ÂNGELO, V. A. Revolução do Porto. Movimento exigiu o retorno de d. João VI, 1 p. 2010. <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/revolucao-do-porto.jhtm>. Consulta em 03/07/2010.

BRANDÃO, W. A. **História da Independência do Piauí**. Teresina. Comepi, s.d.p.196. 1974.

BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia. **Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986.

CAVALCANTE, J. R.; MORAES, M. D. C. Memória oral da Batalha do Jenipapo: diálogos (im)pertinentes com a política de patrimônio imaterial? **ANAIS...** Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural. Teresina, 11 a 15/10/2010a, 12 p.

CAVALCANTI, C. M. L. V FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO. Educart, 2008.

CHAVES, M. **Campo Maior e a Independência. A Batalha do Jenipapo**. IN: obra completa, 2ª. Ed. FMC: Teresina, 2005. pp 149-160.

COLETANEA DE LEIS SOBRE PRESEVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. **Edições do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

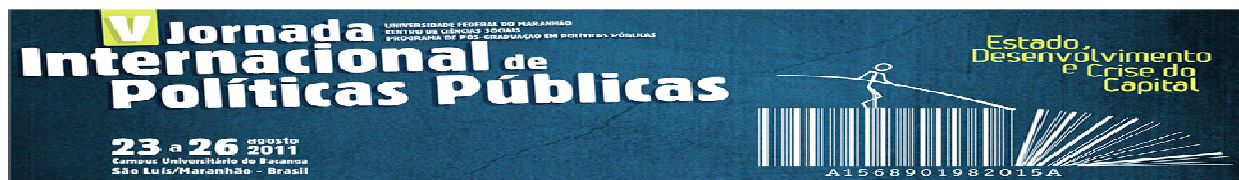
COSTA, M. B. **Ecos da Balaiada em Caxias- MA na memória oral de idoso/os** (uma interpelação á Política Nacional de Patrimônio Imaterial). Teresina: Piauí. Dissertação (mestrado) - Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí.

CUCHE, D. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIAS, C. M. M. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí 1789- 1850**. Tese (de doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999.

FENTRESS, J; WICKHAM, C. **Memória social; novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa:Teorema,1992.

FONSECA NETO, A. **Jenipapo: riacho irrigado com sangue da esperança**. Teresina: CCOM/ Governo do Estado do Piauí, 2010.



GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **a interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, pp. 13- 41.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

MORAES, M. D. C.; CAVALCANTE, J. R. Batalha do Jenipapo: Lugares de memória em Campo Maior-PI. **Projeto de pesquisa**. Teresina, outubro de 2010. 23 p.

MORAES, M. D. C. FONSECA NETO, A. "O povo sertanejo na Batalha do Jenipapo: Memória, história e tradição oral no sertão de Campo Maior". **Projeto de pesquisa**. Teresina, maio de 2007. 30 p.

NEVES, A. **A guerra do Fidié**. 3. ed. Teresina, projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, O. A Independência do Brasil, especialmente no Piauí. In: **Pesquisas para a história do Piauí**. Volume II. Rio de Janeiro: Artenova S.A.1975.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: vértice/revista dos tribunais, 1990.

MORAES, M.D.C. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 2000, 475 p.

MORAES, M. D. C., FONSECA NETO, A., COIMBRA, T. O *povo sertanejo* na Batalha do Jenipapo: memória, história e tradição oral no sertão de Campo Maior. **Projeto de Pesquisa**. Teresina, 2007, 30 p.

MORAES, M. D. C., FONSECA NETO, A., COIMBRA, T. História, tradição oral, e memória no sertão de Campo Maior: o *povo sertanejo* na Batalha do Jenipapo (nas trilhas de uma pesquisa). Apresentado no **VI Encontro de História Oral do Nordeste**, de 02 a 06/05/2007, no Espaço de Diálogo: "Sertania: memórias, identidades e narrativas", Ilhéus, BA., 2007. 21 p.

POLLACK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 3, vol. 2, p. 3-15, 1989.

VANSINA, J. **História oral e sua metodologia**. In: J-Ki-Zerbo, História Geral da África. V. 1- Metodologia e pré-história da África, São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1982.